

03

# QUANDO A TERRA É TRANSFORMADA NUM ATIVO FINANCEIRO GLOBAL: O CASO DO MATOPIBA, NO BRASIL

*Philip Seufert, Maria Luisa Mendonça  
e Fábio Pitta*

**Philip Seufert** trabalha no Secretariado Internacional da FIAN, com ênfase nas questões da terra e das sementes.

**Fábio Teixeira Pitta** é investigador do programa de Pós-Doutoramento em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil.

**Maria Luisa Mendonça** é acadêmica visitante no Centro de Estudos sobre Lugar, Cultura e Política da Universidade da Cidade de Nova Iorque e codiretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil.

A **FIAN Internacional** é uma organização internacional de direitos humanos que defende, há mais de 30 anos, a concretização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas.

A **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos** é composta por dezenas de organizações não governamentais e movimentos sociais e procura atender a uma necessidade de ação e articulação em torno das violações dos direitos humanos no Brasil.

*“Os defensores e defensoras da digitalização das informações sobre a administração das terras e do uso do blockchain nas suas transações enfatizam os benefícios dessas tecnologias para as pessoas marginalizadas, pois supostamente proporcionariam uma maior segurança na posse dos títulos de propriedade. No entanto, o problema da insegurança fundiária das populações desfavorecidas está menos relacionado à precisão das informações sobre a terra e mais à opressão e às desigualdades de poder. A verdadeira questão é: quem tem acesso e controlo sobre essas tecnologias, e com que finalidade?”*

#### AGRADECIMENTOS I

Agradecimentos especiais a Tomaso Ferrando (Universidade de Bristol e Rede Global de Ação Jurídica), Priscilla Claeys (Centro de Agroecologia, Água e Resiliência, Universidade de Coventry e FIAN Bélgica) e Sofia Monsalve (FIAN Internacional) pelo seu apoio na redação e revisão deste artigo.

1 MATOPIBA é a sigla para uma área de 73.173.485 hectares que abarca os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, localizados nas regiões norte e nordeste do Brasil. A região é coberta por savanas, arbustos e florestas (um bioma conhecido como o Cerrado).

2 Um bioma é uma importante comunidade ecológica de plantas e animais, tal como uma floresta tropical, uma pradaria ou um deserto.

3 Estima-se que cerca de 25 milhões de pessoas vivam no Cerrado, incluindo 80 povos indígenas, assim como uma variedade dos chamados povos tradicionais, aos quais a legislação brasileira confere proteção especial. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA*. 2018. Pág. 10. Disponível em: [www.social.org.br/images/MATOPIBA.pdf](http://www.social.org.br/images/MATOPIBA.pdf).

Como é possível que centros financeiros em Nova Iorque ou Estocolmo exerçam controle sobre terras remotas no nordeste do Brasil? O processo de transformar a terra em um ativo financeiro global requer não apenas mudanças nas políticas e na legislação, mas também o uso das tecnologias da informação. Este artigo esclarece o papel da informação digital sobre a terra no processo de desapropriação das terras de comunidades rurais, que são então colocadas sob o controlo de distantes agentes financeiros globais. Baseia-se numa avaliação feita pelos autores sobre os determinantes e os impactos da expansão do agronegócio na região brasileira do MATOPIBA<sup>1</sup> no bioma do Cerrado, composto por savanas e florestas.<sup>2</sup> O artigo discute os desafios criados pelas tecnologias da informação na luta das pessoas pelo direito à terra e ao território e procura identificar questões para a investigação futura.

#### MAIS UMA ECORREGIÃO BRASILEIRA É VÍTIMA DA USURPAÇÃO DE TERRAS

O Cerrado é extremamente rico em biodiversidade vegetal e animal, e três dos mais importantes aquíferos da região encontram-se neste bioma. Tem atraído menos atenção dos meios de comunicação que a Amazônia, mas é igualmente vital para a ecologia do país e do planeta. A parte norte do Cerrado possui recursos que são essenciais para a sobrevivência das comunidades que vivem na região.<sup>3</sup>

Na região do MATOPIBA, a expansão das monoculturas da agricultura industrial e da especulação imobiliária estão a prejudicar a concretização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas — entre outros direitos humanos — de comunidades tradicionais, incluindo os descendentes de escravos fugitivos (quilombolas) e povos indígenas. Extensas investigações realizadas por organizações da sociedade civil (OSCs) mostram que a população local enfrenta as consequências da desflorestação, da contaminação generalizada do solo, da água e da pecuária por

agroquímicos e da perda de biodiversidade. Além disso, a violência contra lideranças comunitárias tem aumentado, bem como as disputas pela água, exacerbadas por alterações nos padrões pluviais causadas pela destruição do ecossistema.<sup>4</sup> Por fim, a população local está a perder as suas terras, o que leva à destruição dos seus meios de subsistência, à desintegração das comunidades e à insegurança alimentar e nutricional. Em muitos casos, as pessoas são forçadas a migrar para as favelas das cidades brasileiras. As mulheres são particularmente afetadas pela usurpação contínua das terras e pela destruição dos ecossistemas, pois já não podem recolher e transformar frutos silvestres das florestas do Cerrado, enquanto a presença de guardas armados, intimidação e violência física as impede de planear uma vida familiar.<sup>5</sup> Muitas vezes, os únicos empregos disponíveis para as mulheres rurais que foram deslocadas das suas terras encontram-se em plantações com condições degradantes, ou como empregadas domésticas em áreas urbanas.

## OS AGENTES FINANCEIROS GLOBAIS IMPULSIONAM A USURPAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA

Na região do MATOPIBA, a terra tem sido transformada em um ativo financeiro desmaterializado, como resultado do crescente poder e influência dos agentes financeiros globais e da sua forma de operar — um processo chamado “financeirização”. A incursão e expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro está estreitamente ligada à desregulamentação dos mercados financeiros globais e ao crescente interesse dos agentes financeiros (fundos de pensões, fundos de investimento, bancos, seguradoras etc.) na terra. A expansão da produção agroindustrial desde a década de 1990 no Brasil tem sido parte de um discurso ideológico sobre a redução do endividamento que, na realidade, aumenta a dívida do país, pois depende de crédito subsidiado do governo, sem falar nos impactos sociais e ambientais causados por este sistema agrícola.<sup>6</sup> Importantes subsídios estatais levaram à expansão das monoculturas de soja e cana-de-açúcar, que, no início da década de 2000, começaram a penetrar no norte do Cerrado brasileiro, especialmente nos estados do Piauí e Tocantins.

Simultaneamente, a busca por novas áreas de investimento pelos agentes financeiros globais levou, no início, a um *boom* dos produtos de base, resultando no aumento especulativo dos preços de *commodities* como soja, açúcar, milho, algodão, eucalipto e carne, entre outras, estimulando ainda mais a expansão territorial das monoculturas e do agronegócio. Entre 2000 e 2014, a área plantada com soja e cana-de-açúcar na região do MATOPIBA aumentou em 253% e 379%, respetivamente, e a área plantada com soja aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares.<sup>7</sup> No entanto, após a crise de 2007/2008, observou-se um fenómeno notável: embora o preço das *commodities* agrícolas estivesse a diminuir nos mercados internacionais, o preço da terra no Brasil continuava a aumentar. Isto explica a natureza especulativa destas transações imobiliárias. A expansão territorial de monoculturas como soja e cana-de-açúcar serve para justificar o aumento nos preços das terras agrícolas e o seu controlo por grandes empresas do setor financeiro e do agronegócio. Porém, o seu alvo é a terra, independentemente da produção de *commodities*. Mais recentemente, o Senado brasileiro aprovou uma medida que pode expandir ainda mais a especulação em terras agrícolas, permitindo que partes de fazendas sejam negociadas nos mercados financeiros como garantias para o acesso ao crédito.<sup>8</sup> Consequentemente, a terra torna-se, cada vez mais, um alvo para os agentes financeiros e um negócio em si mesmo, para além do financiamento da produção agroindustrial ou da comercialização de *commodities*. Os preços da terra continuaram a subir mesmo depois de terminado o *boom* dos produtos de base, após a crise financeira mundial de 2007/2008.<sup>9</sup>

Considerada como a última fronteira agrícola do Brasil e uma zona-tampão para a

4 *Ibid.*

5 FIAN Internacional/Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/ Comissão Pastoral da Terra. *The Human and Environmental Cost of the Land Business. The Case of MATOPIBA, Brazil*. 2018. Disponível em inglês em: [Disponível em: www.fian.org/en/news/article/land-speculation-is-leading-to-human-rights-violations-and-eco-destruction-in-brazil/](http://www.fian.org/en/news/article/land-speculation-is-leading-to-human-rights-violations-and-eco-destruction-in-brazil/).

6 Pitta, Fábio e Mendonça, Maria Luisa, “Especulação com terras agrícolas na região do Matopiba”. Em: Direitos Humanos no Brasil. *Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. 2017. Pág. 55-64. Disponível em: [www.social.org.br/files/pdf/relatorio\\_dh\\_2017.pdf](http://www.social.org.br/files/pdf/relatorio_dh_2017.pdf).

7 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Supra* nota 3. Pág. 26.

8 Para mais informações, veja: Garcia, G. “Senado autoriza uso de parte de imóvel rural como garantia em empréstimo”. *G1 Globo*, 14 de junho de 2017. Disponível em: [g1.globo.com/google/amp/g1.globo.com/politica/noticia/senado-autoriza-uso-de-par-te-de-imovel-rural-como-garantia-em-emprestimo.ghtml](http://g1.globo.com/google/amp/g1.globo.com/politica/noticia/senado-autoriza-uso-de-par-te-de-imovel-rural-como-garantia-em-emprestimo.ghtml).

9 Para mais informações sobre a crise de 2007/2008, veja: Murphy, S. e Schiavoni, C. “Dez anos após a crise alimentar mundial: enfrentar o desafio do direito à alimentação”. *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* (2017): 20-31. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/dez-anos-apos-crise-alimentar-mundial-enfrentar-o-desafio-do-direito-alimentacao>.

- 10 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Supra* nota 3.
- 11 A SLC controla quase meio milhão de hectares de terra no Brasil, com cerca de 300.000 hectares plantados com soja. Em 2015, pela primeira vez, a SLC teve mais rendimentos com a compra e venda de terras agrícolas que com as suas atividades tradicionais com a soja. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Supra* nota 3. Pág. 38.
- 12 Pitta e Mendonça. *Supra* nota 6. Págs. 58-59.
- 13 Os ativos globais dos planos de pensão chegam a mais de US\$ 41 bilhões, o que os torna os maiores participantes do setor financeiro. Consequentemente, qualquer movimento da sua parte gera ondas enormes. O fundo de pensão TIAA, dos EUA, instalou dois fundos (TIAA-CREF Global Agriculture LLC, ou TCGA, 1 e 2) para adquirir terras agrícolas em todo o mundo. Os dois fundos recolheram US\$ 5 mil milhões de planos de pensões em todo o mundo, incluindo o ABP holandês, o segundo fundo de pensões sueco (AP2) e o *Ärzterversorgung Westfalen-Lippe (ÄVWL)* da Alemanha. Compraram 300.000 hectares no Brasil, inclusive na região do MATOPIBA. Para mais informações, veja: [www.thinkin-gaheadinstitute.org/en/Library/Research-and-Ideas/Global-Pension-Asset-Survey-2018](http://www.thinkin-gaheadinstitute.org/en/Library/Research-and-Ideas/Global-Pension-Asset-Survey-2018).
- 14 Li, Tania Murray. "What is land? Assembling a resource for global investment". Plenary Lecture for the Transactions of the Institute of British Geographers, 39, 2014. Págs. 589-602.
- 15 Esta recolha (e privatização) de dados em nuvens virtuais está em curso sob a bandeira da "digitalização da agricultura" e é liderada por empresas transnacionais como John Deere, AGCO e CHN. ETC Group. *Software vs. Hardware vs. Nowhere*. 2016. Disponível em inglês em: [www.etcgroup.org/content/deere-co-becoming-monsanto-box](http://www.etcgroup.org/content/deere-co-becoming-monsanto-box).
- 16 O setor imobiliário é um alvo interessante para os agentes financeiros, tornando-se um dos locais onde o capital financeiro global se materializa. Por exemplo, grandes áreas de cidades como Londres pertencem a fundos de investimento e outros fundos. Os ativos imobiliários mundiais (incluindo terras agrícolas) representam quase 60% do valor de todos os ativos globais, e o seu valor é estimado em quase três vezes o PIB global. Savills. *Around the World in Dollars and Cents*. Savills World Research, 2016. Pág. 4. Disponível em inglês em:

Amazônia, as terras na região norte do Cerrado brasileiro transformaram-se num alvo para a especulação imobiliária.<sup>10</sup> Algumas das empresas envolvidas no mercado imobiliário na região ainda estão ligadas à produção agrícola industrial. Um exemplo é o da SLC (Schneider Logemann Company), cuja filial SLC Agrícola é uma das maiores produtoras de soja no Brasil, enquanto a sucursal SLC Land Co. tornou-se um importante participante no setor imobiliário.<sup>11</sup> Outras empresas já não estão diretamente ligadas à produção e concentram os seus esforços inteiramente na aquisição, venda, arrendamento e/ou gestão de terras.<sup>12</sup> Um exemplo é a empresa Radar Imobiliária Agrícola S/A, criada através de uma *joint venture* entre o fundo de pensões TIAA, dos EUA, e a maior produtora de açúcar do Brasil, a Cosan. O objetivo da Radar é obter rendimentos capitalizados oriundos da terra — isto é, adquirir terras a preço baixo, estabelecer fazendas nessas terras e depois vendê-las, muitas vezes em transações especulativas. O mais importante é que os participantes que operam no terreno são apoiados por agentes financeiros internacionais que canalizam enormes volumes de capital para o mercado imobiliário. Com isto, alimentam a especulação a fim de extrair enormes rendimentos na região. No caso do MATOPIBA, os fundos de pensões dos EUA e da Europa são importantes participantes.<sup>13</sup> Tais fundos lucram diretamente com a elevação dos preços da terra, que aumenta o valor das suas fazendas e carteiras de investimentos.

## FINANCEIRIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

A financeirização em geral, e a financeirização da terra em particular, está ligada de várias maneiras à digitalização — isto é, à integração de tecnologias digitais, baseada no processo de converter informações a um formato digital. Em primeiro lugar, o crescimento exponencial dos agentes financeiros globais nos últimos trinta anos só foi possível devido à tecnologia da informação. Em segundo lugar, ferramentas técnicas como métodos estatísticos e cálculos sobre a utilização e a produtividade da terra baseados em imagens de satélite, entre outras, têm sido utilizadas para transformar a terra em um recurso para investimentos, e também para mapear as áreas que estão — supostamente — disponíveis para investidores de todo o mundo.<sup>14</sup> Embora estas terras tenham sido o lar de centenas de comunidades rurais locais ao longo de séculos, são apresentadas, a partir de uma típica perspectiva neocolonial, como "subutilizadas" ou "ociosas". Por fim, a tecnologia da informação é essencial para levar a terra aos mercados financeiros globais.

Neste contexto, é importante distinguir dois aspetos fundamentais da digitalização da terra: por um lado, a recolha de dados sobre as terras de localidades muito específicas (como a qualidade do solo, a produtividade, o acesso à água, a evolução dos preços da terra etc.)<sup>15</sup> e, por outro, a digitalização dos dados sobre a administração da terra, particularmente os dados cadastrais. A primeira disponibiliza estas informações a corretores financeiros de qualquer lugar do mundo que queiram operar nos mercados imobiliários, enquanto a segunda (potencialmente) permite transações de terras no meio virtual. Dessa forma, a digitalização da terra é uma parte importante da criação de um mercado imobiliário global.<sup>16</sup>

Atualmente, existem diversas iniciativas para aplicar a tecnologia *blockchain* à terra. Esta é a tecnologia que serve como base para criptomoedas como o Bitcoin, sendo habitualmente descrita como um registo aberto, distribuído e descentralizado que permite registar informações e transações entre duas partes "de forma verificável e permanente".<sup>17</sup> Estão a ser realizadas experiências piloto com esta tecnologia em diferentes países de todo o mundo, incluindo o Brasil.<sup>18</sup> O *blockchain* permite armazenar dados sobre a administração de terras, mas também executar transações através dos chamados "contratos inteligentes", que são firmados e executados de

maneira amplamente automatizada. Embora a aplicação plena dessas tecnologias à terra ainda possa levar algum tempo, a digitalização dos dados sobre a administração da terra está a avançar e, em alguns países, as transações de terras já são cada vez mais automatizadas.<sup>19</sup> As discussões em torno do uso do blockchain para o mercado imobiliário também mencionam a possibilidade de uma “propriedade fracionada”, que permitiria a vários atores adquirirem quotas de um mesmo lote de terra. Isto implica que um lote seria dividido em “quotas conceituais”, uma boa ilustração de como a digitalização permite uma crescente desmaterialização da terra.

A digitalização da terra e, em particular, a utilização da tecnologia de blockchain são promovidas com a promessa de maior transparência, eficiência, segurança e proteção contra fraudes e corrupção (especialmente devido à natureza descentralizada do blockchain). A esta narrativa combinam-se outras que enfatizam a ineficiência dos Estados e governos, transmitindo a mensagem de que os atores privados serão muito mais eficientes ao assumirem a responsabilidade pela administração das terras de maneira descentralizada e sem a interferência de autoridades públicas.<sup>20</sup>

### IMPLICAÇÕES PARA OS DIREITOS HUMANOS E PERSPETIVAS FUTURAS

Os defensores e defensoras da digitalização das informações sobre a administração das terras e do uso do blockchain nas suas transações enfatizam os benefícios dessas tecnologias para as pessoas marginalizadas, pois supostamente proporcionariam uma maior segurança na posse dos títulos de propriedade. No entanto, o problema da insegurança fundiária das populações desfavorecidas está menos relacionado à precisão das informações sobre a terra e mais à opressão e às desigualdades de poder. A verdadeira questão é: quem tem acesso e controlo sobre essas tecnologias, e com que finalidade? No caso do MATOPIBA, as comunidades afetadas tentaram registar as suas terras no Cadastro Ambiental Rural — um sistema em linha aberto, baseado em dados de GPS — como parte da sua luta para se defenderem da usurpação de terras. No entanto, descobriram que as suas terras já haviam sido registadas por empresas do agronegócio.

A questão, portanto, é como garantir a concretização dos direitos humanos no contexto geral da digitalização da terra e das informações ambientais. Os novos dispositivos e tecnologias não são implantados num vazio, e a sua utilização não é tão limpa e ordenada quanto poderia sugerir a sua natureza tecnológica. A terra, em si, é um bem material extremamente ilíquido e imóvel. Apesar de todos os avanços digitais, sempre manterá o seu carácter profundamente material e local, o que significa que as pessoas que vivem na terra e dela dependem serão afetadas por transações nos mercados globais, mesmo que estas pareçam acontecer numa esfera puramente digital. De certa forma, a violência contra as populações locais, como no caso do MATOPIBA, pode ser entendida como a expressão da “violência” necessária para transformar a terra num ativo desmaterializado usando as tecnologias da informação. Além disso, a terra é um bem altamente contestado. Assim, aqueles que utilizam essas tecnologias na atualidade — incluindo os governos — precisam avaliar se estão a ajudar os usurpadores de terras a tornar legíveis relações fundiárias não formalizadas e/ou a reescrevê-las em detrimento das comunidades rurais marginalizadas e oprimidas, ou não.

Ao mesmo tempo, as comunidades rurais e as suas organizações em diferentes partes do mundo têm utilizado ferramentas como imagens digitais de satélite para defender os seus territórios e monitorizar os impactos das operações dos usurpadores de terras,<sup>21</sup> por exemplo, com relação à destruição das florestas.<sup>22</sup> De qualquer forma, os obstáculos físicos e económicos para o acesso a essas tecnologias continuam a representar uma preocupação para as comunidades rurais vulneráveis e são um desafio

[pdf.euro.savills.co.uk/global-research/around-the-world-in-dollars-and-cents-2016.pdf](http://pdf.euro.savills.co.uk/global-research/around-the-world-in-dollars-and-cents-2016.pdf). As terras rurais são uma das opções interessantes apresentadas aos investidores, com base na ideia das “crescentes necessidades alimentares e energéticas em todo o mundo”. *Ibid.* Pág. 34.

17 Iansiti, M. and Lakhani, K. R. “The Truth About Blockchain”. *Harvard Business Review* (2017). Disponível em inglês em: [hbr.org/2017/01/the-truth-about-blockchain](http://hbr.org/2017/01/the-truth-about-blockchain).

18 Para mais informações, veja (em inglês): [bravenewcoin.com/news/brazil-pilots-bitcoin-solution-for-real-estate-registration](http://bravenewcoin.com/news/brazil-pilots-bitcoin-solution-for-real-estate-registration). Outros experimentos piloto estão a ser realizados na Geórgia, Ucrânia, Suécia, Índia, Austrália, Dubai, Honduras, EUA e Gana. Graglia, J.M., Mellon, C. “Blockchain and Property in 2018: at the end of the beginning”. Artigo apresentado na Annual World Bank Conference on Land and Poverty, 2018. Disponível em inglês em: [www.conftool.com/landandpoverty2018/index.php/02-11-Graglia-864\\_paper.pdf?page=downloadPaper&filename=02-11-Graglia-864\\_paper.pdf&form\\_id=864&form\\_version=final](http://www.conftool.com/landandpoverty2018/index.php/02-11-Graglia-864_paper.pdf?page=downloadPaper&filename=02-11-Graglia-864_paper.pdf&form_id=864&form_version=final).

19 Nos Países Baixos, por exemplo, “o mercado imobiliário está completamente digitalizado” e “cerca de 45% de todos os títulos notariais são tratados de forma totalmente automática, sem qualquer interferência humana”. Vos, J. “What Should We (Not) Do With Land Administration Data? The Risk of Privatization of Land Administration And Blockchain’s Code As Law”. Artigo apresentado na Annual World Bank Conference on Land and Poverty, 2018. Págs. 20-21.

20 Pelo contrário, o exemplo do fundo TIAA ilustra a falta de transparência e responsabilização, particularmente em relação aos seus próprios clientes, o que contradiz a ideia de que os agentes privados são mais eficientes. FIAN Internacional/Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Comissão Pastoral da Terra. *Supra* nota 5.

21 As mulheres indígenas Guajajara lutam para proteger os seus territórios utilizando drones como parte de sua estratégia. Lazzeri, Thais. “Guerreiras da Floresta enfrentam madeireiros em defesa de terra indígena”. *Reporter Brasil*, 08 de março de 2018. Disponível em: [reporterbrasil.org.br/2018/03/desmatamento-indigena-guerreiras-da-floresta-enfrentam-madeireiros-maranhao/](http://reporterbrasil.org.br/2018/03/desmatamento-indigena-guerreiras-da-floresta-enfrentam-madeireiros-maranhao/).

22 Para mais informações, veja: [www.globalforestwatch.org/](http://www.globalforestwatch.org/).

fundamental que dificulta a sua utilização para a defesa dos direitos à terra. Por outro lado, a própria questão de saber se a formalização das relações fundiárias com uma nova roupagem digital facilita (ou não) uma maior mercantilização da terra e da natureza provavelmente continuará a ser intensamente debatida no futuro próximo. Para os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, continua a ser essencial compreender se e como as tecnologias da informação poderão tornar-se úteis para as lutas dos povos e para a concretização dos direitos das comunidades rurais.

Neste contexto, a luta por um direito humano à terra continua a ser primordial, pois afirma que a terra é, antes de mais nada, um bem comum que as comunidades e pessoas controlam, administram e utilizam de diferentes maneiras para viver uma vida digna, de acordo com o seu contexto social e cultural. Como tal, reconhece, protege e garante uma variedade de sistemas e direitos de posse da terra, procurando democratizá-los sempre que sejam discriminatórios. Além disso, põe em causa as políticas e os regimes legais nacionais e internacionais que pretendem transformar a terra em uma mercadoria desmaterializada.<sup>23</sup>

23 FIAN Internacional. “El derecho humano a la tierra”. *Documento de posición* (2017). Disponível em espanhol em: [https://www.fian.org/fileadmin/media/publications\\_2017/Reports\\_and\\_Guidelines/FIAN\\_Position\\_paper\\_on\\_the\\_Human\\_Right\\_to\\_Land\\_esp\\_0611173web.pdf](https://www.fian.org/fileadmin/media/publications_2017/Reports_and_Guidelines/FIAN_Position_paper_on_the_Human_Right_to_Land_esp_0611173web.pdf).



#### EM RESUMO

Como é possível que centros financeiros em Nova Iorque ou Estocolmo exerçam controlo sobre terras remotas no nordeste do Brasil? O processo de transformar a terra em um ativo financeiro global requer não apenas mudanças complexas nas políticas e na legislação, mas também o uso das tecnologias da informação. Este artigo esclarece o papel da informação digital sobre a terra no processo de desapropriação das terras de comunidades rurais, que são então colocadas sob o controlo de distantes agentes financeiros globais. Baseia-se numa avaliação feita pelos autores sobre os determinantes e os impactos da expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro, um bioma composto por savanas e florestas, nas regiões nordeste e norte do Brasil conhecidas pela sigla MATOPIBA. O artigo discute os desafios criados pelas tecnologias da informação na luta das pessoas pelo direito à terra e ao território e procura identificar questões para a investigação futura.



#### CONCEITOS PRINCIPAIS

- financeirização da terra consiste no crescente poder e influência dos agentes financeiros globais — como fundos de pensões, empresas de investimento, gestores de fundos, instituições financeiras e os super-ricos — sobre a terra: quem a utiliza, com que fins e com quais benefícios.
- A tecnologia da informação (TI) é a utilização de computadores para armazenar, recuperar, transmitir e manipular dados ou informações, muitas vezes no contexto de uma empresa ou outra instituição comercial.
- A digitalização é a integração das tecnologias digitais, baseada no processo de converter informações para um formato digital.



#### PALAVRAS-CHAVE

- Financeirização e digitalização da terra